

RUY FABIANO

04 MAI 1996 O micro e o macro

CORREIO BRAZILIENSE

O presidente Fernando Henrique convive com um pesadelo: o de concluir seu governo sem realizar sua plataforma eleitoral. O presidente comprometeu-se com um conjunto de reformas estruturais que, modificando radicalmente o perfil do Estado brasileiro, inaugurasse nova era de prosperidade e justiça social para o país.

O presidente fixou-se no macro e descuidou-se do varejo. É mais ou menos consensual, entre seus próprios aliados, que perdeu o *timing* das reformas, que teria sido o ano passado. No embalo de uma vitória eleitoral incomparável, o presidente podia tudo, mas fez pouco.

Nos meses iniciais de um governo eleito, poucos ousam contestá-lo. Se Fernando Collor, por exemplo, aguardasse um ano para operar o confisco dos depósitos e poupanças, receberia ali o *impeachment*. Como fez logo de saída, ninguém atreveu-se a barrá-lo — nem o Legislativo, nem o Judiciário, não obstante a ilegalidade que praticava.

Fernando Henrique subestimou, de saída, a chamada micro-

política. Não queria conversar com parlamentares, ouvir seus pleitos, consolidar sua maioria. Dizia que tinha coisas mais importantes a fazer. Pensava em coisas maiores, na salvação nacional, nas reformas (palavra mágica, que se tornou uma espécie de samba-de-uma-nota-só do governo). Ocorre que, para operar o macro, é preciso lidar com o micro.

Como não o fez (pelo menos a tempo), o presidente está, desde o final do ano passado, tratando apenas do fisiologismo da política. Chegou a criar um ministério apenas para isso — o da Coordenação Política. Seu titular, o deputado Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), ex-quercista, foi entusiasticamente definido pelo presidente como alguém capaz de “dar nó em pingo d’água”. Não era exatamente esse o perfil político que até há pouco empolgava o presidente. Mas os tempos mudam.

O presidente é hoje refém de sua base parlamentar. Quando se aliou a forças conservadoras, ainda ao tempo da campanha, o presidente assegurava que não seria detido por elas, mas, ao contrário, as faria

avançar, dando conteúdo social às reformas. Não é o que acontece.

PFL, PPB e PMDB estão onde sempre estiveram, na defesa do *status quo* econômico-social. Representam as forças sociais que se opõem à reforma agrária, que exigem socorro financeiro bilionário aos bancos e que despejam no fator salário o ônus do arrocho. Não há, pois, incoerência da parte desses personagens. O erro de avaliação, aparentemente, é do presidente, que supôs que poderia transformá-los em aliados da construção de um novo país, mais próspero e mais justo.

O presidente continua crendo nas reformas, mas parece convencido de que, para obtê-las, terá que continuar se submetendo ao processo clássico de fisiologismo da política brasileira. Daí sua crença na aliança com forças parlamentares conservadoras. Já não crê na possibilidade de pressionar o Congresso de fora para dentro, induzindo a sociedade e reclamar as mudanças. Não é tão fácil mobilizá-la, perde-se muito tempo — e as corporações fazem isso melhor.